

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2016

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.203.877,57 € de despesa paga e um total de 9.321.577,38 € de receita cobrada, que inclui 175.870,90 € do saldo de gerência anterior), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 48.943.604,18 € e um total de fundos próprios de 16.348.945,07 €, incluindo um resultado líquido de 1.952.370,33 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade.
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 16	Grau Exec. Orç Dez 15
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	3 692 239,00	3 663 147,31	29 091,69	99,21%	3 616 638,83	75 600,17	97,95%	78,83%
2	Aquisição de bens e serviços	6 428 798,50	6 238 796,53	190 001,97	97,04%	2 760 262,90	3 668 535,60	42,94%	40,21%
3	Juros e outros encargos	1 905 691,90	1 895 265,58	10 426,32	99,45%	237 775,90	1 667 916,00	12,48%	11,71%
4	Transferências correntes	512 925,00	477 037,64	35 887,36	93,00%	389 806,10	123 118,90	76,00%	64,06%
5	Subsídios	15 110,00	15 000,00	110,00	99,27%	0,00	15 110,00	0,00%	99,96%
6	Outras despesas correntes	377 615,00	365 404,01	12 210,99	96,77%	246 213,66	131 401,34	65,20%	3,66%
DESPESAS CORRENTES		12 932 379,40	12 654 651,07	277 728,33	97,85%	7 250 697,39	5 681 682,01	56,07%	43,24%
7	Aquisição de bens de capital	6 488 827,25	6 114 780,63	374 046,62	94,24%	1 003 012,21	5 485 815,04	15,46%	13,23%
8	Transferências de capital	159 728,00	124 647,36	35 080,64	78,04%	41 405,79	118 322,21	25,92%	26,97%
9	Activos financeiros	64 600,00	64 600,00	0,00	100,00%	64 600,00	0,00	100,00%	100,00%
10	Passivos financeiros	1 026 036,25	961 527,93	64 508,32	93,71%	844 162,18	181 874,07	82,27%	12,60%
11	Outras despesas de capital	20,00	0,00	20,00	0,00%	0,00	20,00	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL		7 739 211,50	7 265 555,92	473 655,58	93,88%	1 953 180,18	5 786 031,32	25,24%	13,48%
TOTAL DE DESPESAS		20 671 590,90	19 920 206,99	751 383,91	96,37%	9 203 877,57	11 467 713,33	44,52%	29,03%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Saldo	Grau Exec. Dez 16	Grau Exec. Dez 15
Cl.	Designação					
1	Impostos directos	1 311 030,00	1 391 658,89	80 628,89	106,15%	113,78%
2	Impostos indirectos	73 710,00	16 140,38	-57 569,62	21,90%	143,40%
4	Taxas, multas e outras penalidades	69 570,00	92 319,16	22 749,16	132,70%	99,30%
5	Rendimentos da propriedade	100,00	0,11	-99,89	0,11%	0,00%
6	Transferências correntes	16 767 234,00	5 590 554,78	-11 176 679,22	33,34%	94,22%
7	Venda de bens e serviços correntes	1 236 302,00	1 302 446,35	66 144,35	105,35%	101,20%
8	Outras receitas correntes	9 790,00	13 569,38	3 779,38	138,60%	273,67%
RECEITAS CORRENTES		19 467 736,00	8 406 689,05	-11 061 046,95	43,18%	98,96%
9	Venda de bens de investimento	110,00	0,00	-110,00	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	1 027 834,00	720 543,66	-307 290,34	70,10%	106,94%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	#DIV/0!
12	Passivos financeiros	10,00	0,00	-10,00	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	20,00	14 431,68	14 411,68	72158,40%	38507,85%
RECEITAS DE CAPITAL		1 027 974,00	734 975,34	-292 998,66	71,50%	3,83%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	4 042,09	4 032,09	40420,90%	62397,30%
16	Saldo da gerência anterior	175 870,90	175 870,90	0,00	100,00%	100,00%
OUTRAS RECEITAS		175 880,90	179 912,99	4 032,09	102,29%	104,19%
TOTAL DE RECEITAS		20 671 590,90	9 321 577,38	-11 350 013,52	45,09%	29,58%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/16	dez/15	dez/16	dez/15
Receita total / Despesa total	101,28%	101,90%	46,79%	44,35%
Receita corrente / Despesa corrente	115,94%	116,35%	66,43%	63,05%
Receita capital / Despesa capital	37,63%	43,43%	10,12%	11,19%
Despesa Pessoal / Despesa Total	39,29%	36,22%	18,39%	15,99%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	29,99%	31,27%	31,32%	32,17%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	10,90%	10,06%	30,70%	31,04%
Serviço da Dívida / Despesa Total	9,17%	10,77%	4,83%	5,25%
Receitas próprias / Despesa Total	32,71%	31,27%	15,11%	13,61%
Transferências recebidas / Despesa Total	68,57%	70,62%	31,68%	30,74%
Juros e outros encargos / Despesa Total	2,58%	3,81%	9,51%	9,59%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	dez/16	dez/15
Receitas próprias / Receita total	32,30%	30,69%
Transferências recebidas / Receita Total	67,70%	69,31%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa acima, verifica-se que a execução do orçamento da despesa corrente se situa na ordem dos 56,07%, o que representa uma evolução bastante significativa em relação ao verificado em igual período do ano anterior (43,24%). De referir que, na ótica da despesa paga, as despesas com o pessoal, aquisições de bens e serviços e juros e outros encargos representam cerca de 51% das dotações corrigidas ao nível da despesa corrente, pelo que tendencialmente a evolução da sua execução influencia a execução da despesa desta natureza. Contudo, se considerarmos a ótica dos compromissos assumidos, os itens de despesa identificados representam 91% das dotações corrigidas para as despesas correntes.

Nos termos do justificado no ponto anterior, a execução orçamental das despesas com o pessoal apresenta-se bastante próxima (cerca de 98% dos valores orçamentados e 19,12 p.p. acima do verificado em igual período do ano anterior. O grau de execução orçamental verificado, contrariamente ao sucedido em períodos anteriores, está relacionado com o acordo de pagamento da dívida da ADSE, situação que permite **adequar os compromissos anuais estabelecidos com esta entidade com as correspondentes despesas pagas.**

Com reporte à aquisição de bens e serviços, o grau de execução orçamental de 42,94% manifesta-se 2,72 p.p. acima do verificado em igual período do exercício anterior. Verifica-se que as dotações corrigidas para

os diversos itens desta rubrica são manifestamente superiores às despesas pagas o que contribui para que este indicador evidencie um grau de execução muito moderado, destacando-se os valores em dívida associados à aquisição de água para distribuição aos Municípios do concelho e valores em dívida pela aquisição de serviços diversos.

Importa referir que os valores em dívida resultantes da aquisição de Água (Águas de Lisboa e Vale do Tejo) não tem sido liquidados por se encontrarem pendentes de resolução com recurso à via judicial, uma vez que o Município tem entendido que os valores debitados são desproporcionados.

Adicionalmente, a rubrica de juros e outros encargos também apresenta um grau de execução orçamental que se pode considerar abaixo do expectável (12,48% contra 11,71% em 2015) essencialmente relacionado com a consideração dos juros associados ao FAM/Reequilíbrio financeiro, cujos programas não estão em curso, pelo que afetam a execução da despesa desta natureza.

No que se refere às "Transferências correntes", cuja execução orçamental foi de 86% (que compara com 64,06% em 2015), os itens mais significativos, correspondem à cobertura de prejuízos de 2015 da participada (EMCEL, sociedade em liquidação, EM) no montante de 200.783,14 € (52% do total de despesa paga desta natureza) e transferências para Instituições sem fins lucrativos (137.025,75 € - 35% do total de despesa paga desta rubrica).

Quanto às rubricas relacionadas com despesas de capital, a aquisição de bens de capital e as transferências de capital apresentam graus de execução orçamental bastante moderados de, respetivamente, 15,46%, 25,92% ficando a aquisição de bens de capital 2,23 p.p. acima do verificado em igual período do ano anterior e, as transferências de capital, 1,05 p.p. abaixo do verificado no período anterior.

A execução da aquisição de bens de capital encontra-se afetada pelo não pagamento dos imóveis de habitação social (processo MRG – no valor de 1.303.431 €) e pelo não pagamento de despesa incorrida com infraestruturas consideradas em bens de domínio público (viadutos, arruamentos e obras complementares), cujos compromissos foram assumidos em anos anteriores.

No que respeita às transferências de capital, estas encontram-se afetadas pelo menor volume de pagamentos face às dotações corrigidas ao nível do apoio ao Associativismo e transferências para outros órgãos da Administração local (freguesias e Associações de Municípios). Relativamente aos passivos financeiros, o grau de execução orçamental verificado encontra-se relacionado com o facto de esta relação ser obtida entre o total das dotações corrigidas (empréstimos de médio e longo prazo) e os valores efetivamente pagos no exercício. Contudo, importa destacar que o grau de execução orçamental verificado foi de 82,27% que compara com 12,60% em 2015.

De uma forma genérica, os graus de execução orçamental da despesa encontram-se relacionados com um menor volume de despesa paga em relação ao valor das dotações corrigidas para a despesa resultante do

acumulado dos compromissos assumidos. Para esta situação contribuiu decisivamente o facto de ainda não se terem concretizado os financiamentos a que o Município se candidatou através do programa "PAEL", "Reequilíbrio Financeiro" e "FAM" (Fundo de Apoio Municipal). Em 2017, fruto das contingências ocorridas em 2016, é expectável a concretização de um programa de "Saneamento Financeiro", situação que poderá vir a fomentar a execução orçamental da despesa e a consolidação do passivo.

- 7.** Na análise da execução orçamental da receita, verifica-se que a receita corrente apresenta um grau de execução de 43,18% (que compara com 98,96% verificados no ano anterior). Para o efeito contribuiu largamente a obtenção de receitas dos impostos diretos (IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, IUC – Impostos Único de Circulação, IMT – Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Derrama) e impostos indiretos (loteamentos e obras, taxas de resíduos sólidos e taxa municipal de direitos de passagem) abaixo do verificado no período anterior (decrécimo de 7,63 p.p. no primeiro caso e 121,5 p.p no segundo caso).

Contudo, a rubrica de receita que mais contribuiu para este decréscimo de execução ao nível da receita corrente, reporta às "Transferências correntes", cuja execução orçamental foi de 33,34% (que compra com 94,22% em 2015), essencialmente fruto da não obtenção de transferências por parte do Estado (inicialmente previstas em orçamento – FAM no valor de 11.542.899 €).

A venda de bens e serviços correntes apresenta um grau de execução orçamental que excede as previsões (105,35% que compara com 101,20% em igual período do exercício anterior) essencialmente justificado com a existência de valores cobrados superiores aos orçamentados na venda de mercadorias (água, publicações e impressos) e serviços diversos (especialmente saneamento e resíduos sólidos).

Com reporte à execução da receita de capital, esta apresenta um grau de execução de 71,5% (contra 3,83% em 2015), essencialmente justificado com a não consideração, no orçamento de 2016 e ao contrário do sucedido no orçamento de 2015, da obtenção de passivos financeiros (reestruturação da dívida do Município associado aos programas de Reequilíbrio Financeiro, PAEL e FAM), e que foram considerados no orçamento da receita corrente (transferências correntes). Importa ainda referir que as transferências de capital foram executadas em valores aceitáveis, embora abaixo do verificado em igual período do exercício anterior (grau de execução de 70,10% contra 106,94% verificados em 2015), facto associado às transferências de capital provenientes do Orçamento de Estado (FEF) obtenção de verbas associadas aos projetos cofinanciados e receitas para fazer face a beneficiações de conta do município em bens do património.

- 8.** A receita corrente soma 8.406.689 € e as despesas correntes 7.250.697 €, pelo que as despesas desta natureza se encontram com adequado grau de cobertura (115,94% contra 116,35% em 2015) se considerarmos a ótica da despesa paga. Na ótica da despesa comprometida, verifica-se uma evolução do indicador (66,43% contra 63,05% em 2015).

Atendendo à relação receitas de capital/despesas de capital, e considerando o decréscimo de receitas de capital face a 2015 (867.705 € de receita em 2015 contra 734 975€ em 2016), a cobertura da despesa de capital pelas receitas da mesma natureza é de 37,63% em 2015 (contra 43,93% em 2015) na ótica da despesa paga e 10,12% (contra 11,19% em 2015) na ótica da despesa comprometida.

Globalmente, as receitas totais e as despesas totais sofreram um acréscimo de, respetivamente, 142.948 e 196.290 € face a 2015. Uma vez que, existe maior acréscimo da despesa total em relação à receita total, o grau de cobertura da despesa total pela receita total é de 101,28% em 2016 (contra 101,9% em 2015) na ótica da despesa paga e 46,79% em 2016 (contra 44,35% em 2015) na ótica da despesa comprometida.

9. As receitas próprias somam o montante de 3.010.479 € (mais 193.419 € que o verificado em igual período do exercício anterior) dado o efeito do acréscimo das receitas provenientes dos impostos diretos e venda de bens e serviços correntes, situação que permite que a despesa total seja coberta por receita própria na ordem dos 32,71% (quando em igual período do ano anterior este indicador era de cerca de 31,27%).
10. A despesa comprometida em 2016 mostrou-se superior em 10.598.629,61 € euros em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 11.663.590,46 € no final de 2015, constituindo este um indicador positivo em termos evolutivos já que em termos absolutos ainda continua a registar um elevado valor, situação justificada com a não implementação dos Planos de Reequilíbrio Financeiro, PAEL e FAM.

ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2016	%	2015	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	1 006 760,69	10,06%	555 407,04	6,03%
72	Impostos e taxas	1 475 815,18	14,75%	1 717 465,54	18,65%
73	Proveitos Suplementares	328 545,75	3,28%	188 298,10	2,04%
74	Transferências e subsídios obtidos	6 059 847,18	60,58%	6 055 824,82	65,75%
75	Trabalhos para a própria entidade	25 920,80	0,26%	47 103,01	0,51%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	19 056,97	0,19%	2 552,03	0,03%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 087 364,64	10,87%	644 216,01	6,99%
TOTAL DE PROVEITOS		10 003 311,21	100,00%	9 210 866,55	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2016	%	2015	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	343 993,50	4,27%	341 188,98	3,81%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 981 606,89	24,61%	1 914 497,98	21,37%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	148 374,85	1,84%	568 338,22	6,34%
64	Custos com o pessoal	3 590 034,60	44,59%	3 246 891,04	36,24%
65	Outros custos e perdas operacionais	115 687,70	1,44%	46 958,73	0,52%
66	Amortizações do exercício	1 314 596,13	16,33%	1 353 753,79	15,11%
67	Provisões do exercício	1 910,17	0,02%	514 734,53	5,75%
68	Custos e perdas financeiros	489 106,88	6,08%	786 134,45	8,78%
69	Custos e perdas extraordinários	65 630,16	0,82%	186 286,19	2,08%
TOTAL DE CUSTOS		8 050 940,88	100,00%	8 958 783,91	100,00%

- 12.** Com referência à estrutura de proveitos e ganhos refletida no mapa 5 acima, verifica-se que os mesmos sofreram um acréscimo de 792.444,66 € (mais 8,6%) face ao verificado em 2015. O maior contributo para este acréscimo está relacionado com a rubrica de "Vendas e Prestações de Serviços" (acrécimo de 451.353,65€ - 81,3% face ao verificado em 2015) e com os "Proveitos e ganhos extraordinários" (acrécimo de 443.148,63€ - 68,8% face ao verificado no final de 2015). Para os incrementos verificados, contribuíram a internalização de algumas atividades exercidas pela Empresa Municipal (EMCEL) e incrementos de receita relacionados com as tarifas de venda de água.

Adicionalmente, ao nível dos "Proveitos e ganhos extraordinários", importa referir que o acréscimo identificado está diretamente relacionado com a redução de provisões para processos judiciais em curso, atendendo à resolução em 2016 de várias situações que se encontravam em curso judicial até essa data.

Relativamente à rubrica de impostos e taxas, verifica-se uma redução de 241.650,36 € (menos 14% face ao verificado em 2015) situação que está essencialmente relacionada com a perda de receitas associadas a taxas diversas. Contudo, e porque se tem procedido a correções de classificações contabilísticas nos últimos anos, as contas "71 – Vendas e Prestações de Serviços" e "72 – Impostos e Taxas" não podem ser lidas isoladamente, mas no seu conjunto, situação que permite obter um saldo acumulado em 2016 de 2.482.575,87 € que compara com um saldo acumulado de 2.272.872,58 € em 2015, o que significa uma variação de 209.703,29 € por acréscimo em 2016 face a 2015 que, como anteriormente se referiu, está diretamente relacionado com a assunção da atividade do "solar do queijo" e "lagar municipal" anteriormente exercido pela empresa municipal.

Com reporte às "Transferências e Subsídios Obtidos", esta reporta essencialmente às transferências provenientes do Orçamento de Estado, tendo-se verificado um acréscimo inexpressivo (mais 4.022,36 €) face ao verificado em 2015.

Ao nível dos "Proveitos e Ganhos" importa ainda destacar o acréscimo de 140.247,65€ (mais 74,5% face a 2015) na rubrica de "Proveitos suplementares", encontrando-se registado nesta rubrica a receita proveniente da exploração dos parques eólicos e renda por parte da EDP:

- 13.** Atentando no quadro resumo dos custos e perdas, verifica-se que em comparação com o ano de 2015 os custos do Município apresentam um decréscimo 907.843,03€ (menos 10,13%) face ao verificado em 2015. Para esta variação contribui de forma considerável a redução da necessidade de constituição de provisões para processos judiciais e outras responsabilidades do Município no montante de 512 824,36 € (situação que compara, em 2015, com a constituição/reforço de provisões no montante de 514.734,53 € - mais 466.073,92 € que em 2014), facto que decorre da resolução favorável de alguns litígios e desconsideração de responsabilidades assumidas, com base em critérios prudenciais, em períodos anteriores.

Na rubrica de "Transferências e subsídios correntes concedidos", ao contrário do exercício anterior onde se verificou o acréscimo de 128.563,49 € (mais 29,23%) face a 2015, no exercício de 2016 assiste-se a uma redução de 419.963,37 € (menos 74%), situação interligada com o efeito transferências a favor da empresa municipal "EMCEL".

Ainda nas rubricas que apresentam decréscimo de saldo, destaca-se os custos e perdas financeiros (menos 297.027,57 € - 37,8%), situação relacionada com o decréscimo de endividamento do Município e custos com transações financeira, assim como na rubrica de "Custos e perdas extraordinárias" com decréscimo de 120.656,03 € (menos 6,5%) essencialmente em resultado de menores correções a custos de períodos transatos.

Nas restantes rubricas há a referir o acréscimo ao nível dos FSE's (mais 67.108,91€ - 3,5%), nos custos com o pessoal (mais 343.143,56 € - 10,6%) e nos outros custos operacionais (mais 68.728,97 € - 1,5%), sendo as variações nas restantes situações inexpressivas em termos percentuais. O acréscimo em gastos com pessoal está relacionado com a reposição de vencimentos na função pública e com o fato de o Município ter necessidade de assumir funcionários provenientes da empresa Municipal, situação que também justifica parte dos acréscimos verificados nos FSE's e outros custos operacionais.

- 14.** Em resultado das variações acima identificadas e justificadas ao nível das contas de custos e de proveitos, verifica-se que os resultados do período que ascendem a 1.952.370,33 €, superando o resultado de 2014 que foi de 1.603.304,19 €, e especialmente o resultado do ano anterior que atingiu 252.082,64 €.

ANÁLISE FINANCEIRA

15. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/16	%	dez/15	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	189 059,89	45,38%	124 097,60	34,80%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	3 583,21	0,86%	4 887,29	1,37%
24	Estado e outros entes públicos	5 294,40	1,27%	8 935,45	2,51%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	218 704,07	52,49%	218 704,07	61,33%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	416 641,57	100,00%	356 624,41	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	416 641,57	100,00%	356 624,41	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/16	%	dez/15	%
2311	Empréstimos de curto prazo	474 530,14	2,54%	2 274 953,24	11,62%
221	Fornecedores c/c	3 796 065,21	20,32%	2 629 201,14	13,44%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	45 217,49	0,24%	1 454 141,33	7,43%
217	Clientes e utentes c/cauções	27 802,41	0,15%	27 802,41	0,14%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4 678 236,19	25,04%	4 816 149,32	24,61%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	671 982,70	3,60%	740 926,58	3,79%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	3 316 392,81	17,75%	2 820 585,79	14,41%
	Total Curto Prazo	13 010 226,95	69,63%	14 763 759,81	75,44%
2312	Dívidas a instituições de crédito	4 603 859,81	24,64%	4 482 762,60	22,91%
2689	Outros credores	1 069 465,22	5,72%	322 998,52	1,65%
	Total Médio Longo Prazo	5 673 325,03	30,37%	4 805 761,12	24,56%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	18 683 551,98	100,00%	19 569 520,93	100,00%

16. Atentando no mapa de dívidas a receber acima, verificamos que estas apresentam um acréscimo de 60.017,16 € (mais 16,8%) face ao verificado no termo do exercício transato. Essencialmente, este acréscimo é justificado com maior volume de créditos sobre "Utentes" (venda de mercadorias com saldo a recuperar de 49.088,48 € em 2016 contra 35.234,34 € em 2015 e saldos a recuperar relativos saneamento,

tarifa fixa de água e resíduos sólidos em 2016 no valor de 66.339,07 €, situação que compara com 22.826,70 € em dezembro de 2015).

- 17.** Com reporte às dívidas a pagar, verifica-se, face a 2015 um decréscimo de 885.968,95 € (menos 4,5%) face a 2015, situação que compara com decréscimo de 1.135.375,05 € (menos 5,6%) face ao verificado no final de 2014 (que por sua vez já compara com um decréscimo de 1.063.604,31 € - 4,96% face a 2013). Este decréscimo, tal como em períodos anteriores, tem justificação com a diminuição da dívida bancária quer médio e longo prazo, quer de curto prazo (menos 844.162,18 € em 2016 face a 2015 e menos 593.156,77 € em 2015 face a 2014) e diminuição dos saldos em dívida a fornecedores (parte restante).

Contudo, em 2016, importa salientar que, em resultado da internalização de parte da atividade da empresa Municipal em liquidação (EMCEL, EM), verificou-se a assunção de responsabilidades de dívidas desta (entre fornecedores – 74.498,12 € e bancos – 872.861,28 €) no montante de 947.359,40 €, justificando-se assim parte das variações ocorridas nas rubricas de fornecedores e outros credores.

- 18.** No âmbito da **Lei das Finanças Locais** (Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro) - **Capítulo IV**, verifica-se que:

- a) Nos termos do n.º 1 do artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A informação remetida à DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) reportada a 31 de dezembro de 2016, aponta o Município como tendo um montante em excesso de dívida no valor de 7.132.720 € (compara com 8.462.312 € em 2015 e 9.813.369 € em 2014). Contudo, importa salientar que o Município procedeu à redução do excesso do endividamento de 20,43% comparativamente com o final de 2015, cumprindo assim o referido no do regime financeiro das autarquias locais (alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º).


- b) Considerando o insucesso do passado ao nível das candidaturas (PAEL, Reequilíbrio e FAM) a programas conducentes a consolidar o passivo e liquidar contas correntes com prazos de vencimento largamente ultrapassados, o Município deverá encetar as diligências necessárias para submissão e aprovação pelas Instâncias Superiores, de um dos mecanismos de recuperação financeira municipal, tal como alude o artigo 57.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Os mecanismos previstos, apesar de não resolverem o nível de endividamento, deverão possibilitar o pagamento de responsabilidades vencidas e o escalonamento da dívida com pagamentos futuros de capital e juros, situações a controlar por entidades oficiais.

- c) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações e atualizações subsequentes, verificam-se no município pagamentos em atraso, ou seja, existem contas a pagar que permaneçam nessa situação em mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. A informação reportada à DGAL faz referência a um prazo médio de pagamentos de 1.079 dias.
- d) Não tem vindo a ser cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- e) Os fundos disponíveis no final de 2016 ascendiam a 255.934,36 €.

19. Nos termos do aprovado pelo Exmo. Órgão Executivo do Município e do verificado nos documentos de prestação de contas de 2015 da empresa municipal "EMCEL", dando cumprimento às regras previstas (artigo 61.º) da Lei n.º 50/2012 (atividade empresarial local), no ano de 2016 ocorreu a internalização de parte da atividade daquela entidade. Tal como referido em relatórios anteriores, a concretização deste efeito implicou alterações por acréscimo ao nível da despesa, dos compromissos assumidos e das receitas, os primeiros pela assunção dos passivos e o último pela atividade exercida. No ano de 2017 encontra-se prevista a internalização da restante parte da empresa Municipal, situação que ainda deverá acarretar a assunção de despesa e ativo proveniente daquela entidade.

Viseu, 19 de abril de 2017

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575

Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539, CMVM n.º 20161149